

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha de Manhã S.A.

Diretor da Redação: Otávio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Joelmir Beting, Osvaldo Peralva e Otávio Frias Filho (secretário)

As diretas e as instituições

A vivacidade e ênfase com que diversas lideranças da Aliança Democrática têm reagido às hipóteses de aceleração do cronograma de reformas institucionais, passando pela antecipação da data das eleições diretas para Presidente e da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, não deixa nada a dever às outrora tão repudiadas declarações de líderes pedessistas, quando, no auge da campanha pelas diretas no ano passado, argumentavam ser "um golpe" qualquer iniciativa objetivando restituir aos cidadãos brasileiros seus direitos políticos.

Se os argumentos não mudaram, as circunstâncias e seus defensores são bem outros. É verdade que alguns, como o próprio Presidente, não tiveram de passar pelo desgaste de desmentir o que há pouco defendiam; sempre estiveram contra as diretas. Mas coube ao governador Franco Montoro, por exemplo, classificar como "um verdadeiro golpe às instituições" qualquer campanha semelhante àquela que, há pouco mais de um ano, tanto incentivou.

Sem dúvida, o governo da Aliança Democrática, mesmo na ausência de seu maior inspirador, conta com um respaldo popular, e mobiliza esperanças a que o regime autoritário, em seu declínio, não era capaz de responder. Mas está presente a possibilidade de o atual governo ver rapidamente comprometida sua base de apoio na população — tão condicionada está por circunstâncias imprevisíveis, tão subjetivos os fatores que a envolvem. Quer queira, quer não, o novo governo terá sempre sobre si o peso de não contar com a real legitimidade. Esta, só conferida pelo voto dos cidadãos, não pode confundir-se com os instáveis e temporários índices de aceitação popular que terá, a cada momento, de buscar em troca. A falta de qualquer planejamento a longo prazo, terá de valer-se de um transitório expediente de sustentação, sem poder evitar que a avaliação de seu desempenho se misture às arguições sobre o direito que efetivamente tem de ser governo.

E nada é mais pernicioso do que uma confusão entre as questões institucionais, que dizem respeito à organização do Estado como um todo, e aquelas que dizem respeito a decisões e políticas de governo. A Constituinte, se vier em 1986 como querem as forças da Aliança Democrática, não se encarregará de julgar apenas a duração do mandato do Presidente, que terá cumprido então dois anos de êxito ou de fracasso. Terá de envolver-se no julgamento estritamente político, casuístico, da viabilidade de mais dois anos de governo Sarney, ou da conveniência de imediatamente proceder a eleições diretas. A possibilidade de dissociar a questão da

organização institucional dos entevos administrativos momentâneos, assim, estará perdida. A Constituição terá sido feita, não em função das aspirações mais genéricas da sociedade, segundo uma visão voltada para o futuro, mas estará cada vez mais embaraçada por considerações momentâneas e conveniências casuais. Outra não é a razão, aliás, para desaconselhar que se concedam ao futuro Congresso plenas funções constituintes, em vez de convocar um corpo de representantes eleitos exclusivamente com o fim de elaborar a nova Carta. São funções que não se devem confundir; as atribuições do Legislativo são de outra natureza, e não poderão interromper-se ou imiscuir-se aos debates da Constituinte. Como imaginar, com efeito, uma campanha para a Assembleia Constituinte, em que os temas institucionais cedam lugar a críticas políticas específicas aos rumos da administração em curso? A delimitação clara das instâncias decisórias é que garante a riqueza do debate.

Se as eleições para a Constituinte devem vir antes de novembro de 1986, o mesmo deve acontecer com a eleição presidencial. Não se pode prolongar, sob pena de um esgotamento de suas perspectivas históricas, uma transição indefinidamente. Não haverá questão delicada ou de difícil conciliação no interior da Aliança Democrática que, para benefício da unidade política, não seja adiada até a Constituinte. O encontro de José Sarney com as lideranças da Aliança Democrática no Congresso, em que foi proposto um novo pacto político, dá bem mostra de como se torna essencial, para o novo governo, a manutenção de uma base parlamentar e partidária sólida (tal a soma de oposições que qualquer deslize poderá gerar), mas a contrapartida poderá ser a de se imobilizarem suas iniciativas de longo prazo. O governo que agora se abre terá, então, de enfrentar mais esse dilema: ou manter as coisas como estão (e apenas uma conjuntura econômica especialmente favorável permitirá que não se frustrem, traumáticamente, as expectativas de agora) ou tentar mudá-las de improviso (conhecendo o risco de acrescer as forças políticas que lhe contestam a legitimidade, abreviando seu tempo de mandato) e assim lançar-se numa corrida inatingível contra reivindicações por vezes atendidas, mas nunca satisfeitas.

São inquietantes, assim, as perspectivas que se abrem para o novo governo. E a ninguém interessa qualquer ataque à estabilidade institucional no País. Restá saber, entretanto, se aqueles que agora a defendem com tal ênfase terão razões maiores do que suas conveniências para fazê-lo.